

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Guedes vai a Fux na véspera de sessão que pode dar perda bilionária à União 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Marketing digital como insumo de PIS/Cofins - OPINIÃO JURÍDICA 5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

"Ação tardia, mas positiva" 7

A TARDE - BA - MUNICÍPIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Projeto de wagner no senado propõe justiça tributária para prefeituras 8

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentados vão receber 13º a partir do mês que vem 10

AGORA - SP - GRANA
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência prevê pagamento do 13º do INSS em maio e junho 11

JORNAL DA CIDADE - SE - ECONOMIA/OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Brasil gerou 184 mil novos postos em março 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

País cria 184 mil vagas formais em março, mas ritmo desacelera 13

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Irritado, Bolsonaro pede a ministros que desistam de convencê-lo a se vacinar 15

O DIA - TERESINA - PI - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

ADVOGADO avalia MP que flexibiliza regras trabalhistas 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Risco de inflação no curto prazo é desafio para CBS - FABIO GRANER 18

A TARDE - BA - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Risco iminente (3) 20

DEZ MINUTOS - AM - SEU BOLSO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo federal avalia programa para reduzir preço do gás aos mais pobres 22

O DIA - TERESINA - PI - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Última parcela de abril do FPMfpm será paga sexta às prefeituras - RODA VIVA 23

O TEMPO - MG - MUNDO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Biden anuncia plano trilionário, com aumento de imposto para ricos 24

Quinta-Feira, 29 de Abril de 2021

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Biden dá lições para o Brasil (3) 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Renda sem omissão (3) 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Brasil deve ter menor crescimento entre as dez maiores economias 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Governo veta proposta no Orçamento de 2021 que previa mudança do auxílio-doença 29

FOLHA DE S. PAULO - SP - SEMINÁRIOS FOLHA
ECONOMIA

Expectativa é que 5G aumente o PIB e ajude a reduzir pobreza no país 30

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

E agora? - JOAQUIM LEVY 32

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Mercado retoma alívio no câmbio, e dólar cai a R\$ 5,35 34

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

"Dólar a R\$ 5,80 pode ter sido o pico do ano" 36

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
ECONOMIA

Mudança na correção de contas de luz em atraso 38

DIÁRIO DO COMÉRCIO - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Dívida pública federal avança e atinge R\$ 5,2 trilhões 39

O ESTADO - CE - ECONOMIA
ECONOMIA

Redução do Custo Brasil pode chegar em R\$ 1 trilhão 40

Guedes vai a Fux na véspera de sessão que pode dar perda bilionária à União

Matheus Teixeira e Fábio Pupo *brasil*

O ministro da Economia, Paulo Guedes, pediu ao presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luiz Fux, que a corte evite um prejuízo aos cofres públicos e determine que a exclusão do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) da base de cálculo do PIS e da Cofins só valha daqui em diante, sem efeito retroativo.

A reunião foi nesta quarta-feira (28), e o julgamento sobre o tema está marcado para quinta (29) como segundo item da pauta.

O primeiro é a análise da decisão liminar (provisória) do ministro Dias Toffoli que invalidou trecho de uma lei de 1999 que, segundo ele, abre margem para que patentes tenham prazo indeterminado.

O interesse do governo está na análise do recurso em que a União pede para o Supremo esclarecer o alcance da decisão tomada em 2017 de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

Não há uma certeza sobre o tamanho do prejuízo que uma decisão contra a União representaria, mas todas as estimativas passam de R\$ 220 bilhões.

Segundo a **Receita Federal**, o potencial impacto econômico está na ordem de R\$ 258,3 bilhões. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020, o governo estimou que o prejuízo ficaria na casa dos R\$ 229 bilhões.

Na reunião com Fux, por sua vez, o ministro da Economia afirmou a Fux que esse valor pode passar de R\$ 245 bilhões caso o Supremo tome uma decisão desfavorável.

Não é só o Executivo, no entanto, que tem pressionado o STF sobre o tema.

Em carta enviada ao presidente do Supremo, a CNI (Confederação Nacional da Indústria), a CNT (Confederação Nacional do Transporte) e outras entidades que representam o setor privado foram no sentido oposto do governo e pediram que não seja restringido o alcance da decisão de 2017 sobre o tema.

Além do encontro de Guedes com Fux, integrantes da Procuradoria da Fazenda Nacional, por sua vez, também estiveram com outros ministros na tentativa de sensibilizar o tribunal e impedir uma derrota no julgamento.

A primeira derrota para a União sobre o tema foi há quatro anos, quando, por 6 votos a 4, o STF afirmou que o ICMS não faz parte do faturamento ou da receita da empresa e, por isso, deve ser excluído da base de cálculo das contribuições sociais.

Assim, os valores que as empresas pagam ao governo em PIS e Cofins devem ser reduzidos, uma vez que o imposto sobre circulação não incide também sobre eles.

A intenção da União é que seja aplicada a chamada modulação de efeitos à decisão de 2017, que ocorre quando o Supremo decide que uma nova regra só pode ser usada para processos futuros.

Assim, as empresas garantiriam o direito de recolher PIS e Cofins sem o valor do ICMS embutido no cálculo, mas não poderiam pedir para o governo devolver o imposto que foi recolhido com base na fórmula antiga.

Como o Supremo não definiu a extensão do resultado do julgamento de 2017, instâncias inferiores do Judiciário têm dado decisões contrárias à União.

Empresas de grande porte já afirmaram em seus balanços terem se beneficiado do novo entendimento ao conseguirem recuperar **tributos** que já haviam pagado.

A intenção do governo é evitar que novas decisões nesse sentido sejam tomadas pela Justiça, mantendo nos cofres públicos tudo o que já foi recolhido.

Antes de analisar o pedido da União, no entanto, os ministros vão ter que decidir sobre uma questão processual. Há dúvidas, na Corte, se são necessários seis ou oito votos para aplicar a modulação de efeitos nos julgamentos dos recursos extraordinários.

O caso concreto do recurso em que foi aplicada a repercussão geral e que foi analisado em 2017 trata de ação contra a União da Imcopa Importação,

Exportação e Indústria de Óleos Ltda.

Relatora do caso, a ministra Cármen Lúcia votou a favor do contribuinte e foi acompanhada pelos ministros Rosa Weber, Luiz Fux, Marco Aurélio Mello, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello, que formaram maioria contrária à União.

Os ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli e Gilmar Mendes divergiram e ficaram vencidos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

11

Marketing digital como insumo de PIS/Cofins - OPINIÃO JURÍDICA

Gabriel de Sá Balbi Cervino e Guilherme Chambarelli são, respectivamente, advogado de direito tributário, LLM em direito tributário internacional, na Universidade de Nova York, e sócio do Chambarelli Advogados; e sócio da TaxLab University

Antes dominado pelos outdoors, jornais e televisão, o marketing tradicional das empresas, em virtude do avanço da internet, rapidamente converteu-se em marketing digital. Ainda que as mídias clássicas ainda existam, não há dúvidas de que a transformação digital experimentada nos últimos anos impactou bastante a estratégia de vendas empresarial.

Como não poderia ser diferente, até mesmo o marketing digital se encontra mergulhado nas controvérsias tributárias, com relevantes discussões nos tribunais superiores e na seara administrativa que estão, direta ou indiretamente, relacionadas com tais atividades. Estas tem como ponto central a essencialidade do marketing digital para as empresas, a ponto de converter-se em um insumo para o pagamento de PIS e Cofins. A crescente importância não é sinônimo automático de essencialidade, considerando que parcela considerável das receitas empresariais ainda decorre de publicidade e atividades em meio físico.

A definição de insumos para fins de créditos de PIS e Cofins não cumulativos foi trazida pelo STJ no REsp 1221170, que trouxe uma interpretação mais extensiva, tratando-o como todo bem ou serviço de caráter essencial, ou relevante, para a atividade econômica desempenhada pelo contribuinte.

Nos anos seguintes, o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** aplicou a definição do REsp 1221170 em alguns de seus julgados. Entretanto, em certos acórdãos, o órgão excluiu da aquisição de créditos as despesas com serviços de marketing, por não considerar tais atividades essenciais para o recebimento de receitas por parte das empresas.

No acórdão nº 3402-005.553, o tribunal administrativo argumentou que os insumos capazes de conferir o direito à apropriação de créditos devem seguir os critérios do artigo 3o, inciso II, das Leis nº 10.637, de 2002, e nº 10.833, de 2003, que define como geradores de crédito somente a prestação de serviços e a produção de bens e produtos destinados à venda.

Com a importância cada vez maior do marketing digital, tal decisão é passível de críticas, pois essas despesas são essenciais às atividades e à manutenção da empresa, em meio a uma concorrência cada vez maior e mais informatizada.

Além disso, o avanço das estratégias de marketing digital permitiu ao empresário, além da divulgação do produto, medir comportamentos, acompanhar métricas de consumo e performance da empresa (CAC, LTV, ROI etc), entender as necessidades do consumidor, e assim traçar novas estratégias comerciais. A tal ponto que já existem técnicas como o growth hacking, muito utilizado pelas startups, que buscam o crescimento de formas não tradicionais.

Esses aspectos do marketing digital, por enquanto, pouco foram examinados pelo **Carf**. Em alguns julgados, aplicou-se o critério da essencialidade para as atividades de marketing, como é o caso do acórdão nº 3201-005.668.0 Conselho determinou que atividades de marketing são insumos somente se o marketing for a finalidade principal da empresa, e não apenas um meio para aumentar as vendas dos produtos e serviços.

No âmbito da **Receita Federal**, outro exemplo disso é recém-publicada Solução de Consulta Cosit nº 32, editada neste ano, na qual não se reconheceu como insumos os gastos com publicidade e propaganda de uma empresa de limpeza que não possuía estabelecimento físico e realizava seus anúncios exclusivamente pela internet. O que a **Receita Federal** não analisou foi que, sem o investimento em tráfego pago (Google AdSense, Facebook Ads etc) e marketing digital, uma empresa que vende apenas no seu sítio eletrônico não sobrevive ao mercado, de modo que esse investimento não é apenas essencial, mas integra sua atividade, tipicamente de uma economia digital, ainda que preste um serviço tradicional.

Em suma, pouco foi dito até o momento, no entanto, sobre as particularidades do growth hacking e da economia digital, assuntos bastante recentes e com muitas controvérsias a serem tratadas pela lei e jurisprudência.

Portanto, é necessário que outros argumentos acerca

do marketing digital e do growth hacking sejam analisados pela **Receita Federal** e pelo **Carf**, uma vez que novas técnicas desse setor vêm trazendo crescimento acelerado para as empresas que as adotam e, para além disso, o investimento nessas áreas permite também a definição de estratégias comerciais, geração de tráfego, a identificação de necessidades do consumidor, mudanças e melhorias nos produtos, entre outras, que certamente são essenciais para a manutenção das atividades empresariais.

Em breve, é possível que essa discussão atinja um novo patamar de complexidade, pois tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) o julgamento, em repercussão geral, do RE 841979, que poderá restringir a não cumulatividade à previsão legal explícita, ao determinar que é constitucional o artigo 195, parágrafo 12 da Constituição Federal, que determina que a lei deverá definir quais setores econômicos deverão adotar contribuição não cumulativa. Tal solução geraria conflitos com o REsp 1221170/PR, restando ao tributarista acompanhar o caso e inteirar-se da jurisprudência administrativa e judicial.

Gabriel de Sá Balbi Cervino e Guilherme Chambarelli são, respectivamente, advogado de direito tributário, LLM em direito tributário internacional, na Universidade de Nova York, e sócio do Chambarelli Advogados; e sócio da TaxLab University

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186832

"Ação tardia, mas positiva"

VERA BATISTA

As medidas provisórias com a flexibilização de regras trabalhistas e a recriação do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), para tentar minimizar os impactos da pandemia sobre o setor produtivo, animaram os empresários. Grande parte anuncia que vai aderir. No entanto, para muitos executivos, os incentivos chegaram tarde e deixaram uma lacuna preocupante entre o fim da vigência, em 2020, e recém-editada iniciativa.

Fernando Guedes, vice-presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (Cbic), destaca que essas normas teriam sido mais efetivas no início de março de 2021. "Seria interessante que viessem antes do pico da pandemia da covid-19 e do lockdown. Agora, o Brasil já vive um relaxamento do isolamento social. No entanto, são muito importantes e dão mais segurança jurídica para o futuro", assinalou.

Para o vice-presidente da Cbic, a previsão é de que a economia comece a voltar aos trilhos no segundo semestre, com a vacinação em massa e a reorganização da cadeia produtiva. "O maior problema é a desorganização, que causou falta de insumos e aumento de preços. O BEm, principalmente, vai evitar que, no caso de uma terceira onda, deixem de ser preservados o emprego e a renda", afirmou Fernando Guedes.

Adesão em massa

Pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), com 552 empresas, aponta que 84% consideram o BEm importante para o setor e 35% pretendem aderir ao programa neste ano, com acordos por três ou quatro meses. Mais da metade delas aderiram ao BEm em 2020 (64%). "As empresas brasileiras estão atravessando essa segunda onda mais fragilizadas e a economia dá sinais de que a recuperação perdeu embalo. Ter instrumentos que permitam a preservação de empregos agora é essencial", afirmou o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

Quanto à redução proporcional de jornada e salário, um terço das que pretendem aderir ao BEm deve propor redução de 25%, frente aos 37% das empresas que firmaram esse tipo de acordo em 2020. Um quarto (26%) gostaria de propor redução de 70% - em 2020, essa proporção foi de 33%. Metade tem a intenção de firmar acordos de redução de salário e jornada em

50%, percentual próximo aos 47% que adotaram essa modalidade em 2020.

13º antecipado para aposentados

Prometida há semanas pelo governo, a antecipação do 13º salário de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) será paga nos próximos dois meses. A medida deve beneficiar 31 milhões de pessoas e injetar R\$ 56 bilhões na economia, segundo o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco. Ele explicou que, apesar de ter aprovado a antecipação do 13º há algum tempo, o governo precisou postergar esses pagamentos por conta dos impasses do Orçamento de 2021.

Projeto de wagner no senado propõe justiça tributária para prefeituras

CÁSSIO SANTANA

O senador pela Bahia Jaques Wagner (PT) propôs um projeto de lei que cria o Regime Especial de Contribuição Patronal Previdenciária dos Municípios (Simples Municipal), sistema no qual municípios, notadamente os de pequeno porte, podem pagar uma alíquota menor no recolhimento da Contribuição Previdenciária Patronal.

"É uma iniciativa que promove justiça tributária para que os municípios ricos paguem mais, enquanto os mais pobres pagam menos ao **INSS**. A iniciativa trará um grande alívio, principalmente para os pequenos municípios, que não têm um Fundo de Participação dos Municípios (FPM) alto, não têm receita própria e não aguentam pagar os atuais 22%", declarou Wagner.

De acordo com o projeto, a alíquota de contribuição a cargo de município, destinada à **Seguridade Social**, será devida de acordo com o PIB per capita, conformados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"Promovendo essa adequação da alíquota ao **PIB** per capita do município, diminuir-se-á o inadimplemento pelos municípios, e tais recursos serão direcionados ao próprio município e seus munícipes, notadamente para os serviços de saúde e educação", consta do projeto proposto pelo senador.

"Como é consabido, a atual alíquota, de regra geral para os municípios que adotam o RGPS, não se mostra sustentável para a grande maioria dos municípios, desaguando no elevado grau de inadimplemento percebido pela União", prossegue o projeto.

Segundo a proposta, "ao oferecer uma solução considerando a capacidade de pagamento dos municípios, segundo o correspondente grau de riqueza, também contribuirá para melhora das contas da **seguridade social**, posto que será um incentivo para o pagamento regular pelos municípios, diferente do atual quadro".

Hoje, independentemente do porte, os municípios pagam alíquota na ordem de 20% a 22%. Percentuais que, de acordo com a União dos Municípios da Bahia

(UPB), inviabilizam o pagamento. "É um foco de desequilíbrio financeiro, e testemunhar o senador encampando essa luta nos fortalece mais", diz o presidente da UPB, Zé Cocá.

A proposta determina que a alíquota de cada região seja calculada de acordo com cada porte. Pelo projeto, a alíquota será de 8% a 18%, inferior à praticada atualmente, e de acordo com a realidade de cada cidade.

"A iniciativa surgiu após encontros com representantes d a UPB, d a Federação dos Consórcios Públicos da Bahia (FEC) e com prefeitos, que disseram estar sufocados, precisando reduzir despesas para ter uma folga maior no orçamento e investir no que o povo precisa. Ou seja, saúde, educação, cultura. Espero que, quando entrar na pauta do Senado e da Câmara, a gente consiga aprovar para poder atender a essa demanda e criar um cenário mais sustentável para todos os municípios brasileiros", disse o senador Jaques Wagner.

Em outra investida, o senador baiano Ângelo Coronel (PSD) protocolou uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para prorrogar por 240 meses o pagamento das dívidas municipais junto ao **INSS** contraídas até 31/12/2020. Segundo o senador, a medida é funda mental para "aliviar os cofres dos municípios do Brasil".

Caminhos Para Wilson Cardoso, presidente da Federação dos Consórcios da Bahia (Fecbahia) e prefeito de Andaraí, é imprescindível uma redução da alíquota do **INSS** patronal das prefeituras, que hoje recolhem 22%, mesmo prestando serviço social.

"É importante a gente fazer o contato com cada prefeito que está sentindo na pele esse problema para que a contabilidade faça um levantamento de quanto esses 22% representam sobre a receita líquida do município", afirmou Cardoso.

Zé Cocá reafirmou as dificuldades de os municípios custearem o pagamento do **INSS** patronal e manterem em dia as parcelas da dívida previdenciária. Outros pontos a serem considerados, segundo o gestor, são uma nova dívida previdenciária, aumento de 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Auxílio Financeiro aos Municípios (AFM) e prorrogação das

obrigações do E-social.

"O que os municípios precisam hoje é de receita. A aprovação do incremento de 1% no FPM já ajudaria bastante, mas não é o suficiente. Aliás, aprovar imediatamente esse acréscimo é tão somente uma questão de justiça", comentou o advogado previdenciário Jaime Cruz.

De acordo com o advogado, seria necessário, para além das pautas defendidas pelos gestores municipais, um Programa de Recuperação Fiscal (Refis).

"Principalmente para permitir que os novos gestores possam ter o mínimo de governabilidade. Justamente pela falta de um Refis há casos em que, por exemplo, um município com apenas nove mil habitantes, para evitar sequestros, teve que aderir ao parcelamento simplificado, assumindo uma parcela de quase R\$ 250 mil, quando recebe, em média, R\$ 600 mil por mês de FPM", disse.

"Essa situação se agrava quando, além dessa parcela, ainda deve recolher cerca de R\$300 mil, a título de obrigação corrente. Ou seja, a principal e maior receita dos municípios hoje é utilizada praticamente para pagar obrigações previdenciárias. Por isso, a necessidade de um refinanciamento para permitir que o valor da parcela fique compatível com a realidade financeira do município", completou Cruz.

A proposta de um novo parcelamento especial, bandeira de alguns gestores municipais, apresenta problemas, de acordo com o advogado: "Ao aderir a um parcelamento especial, o município, obrigatoriamente, autoriza à União efetuar retenções no FPM. E com essa permissão as prefeituras ficam sujeitas àquele ciclo perverso de sequestros que acarretam o desequilíbrio financeiro e, também, expõem os prefeitos às determinações de ressarcimento dos juros e multas descontados".

Para Jaime Cruz, "é preciso que a UPB e todas as demais associações municipalistas juntem-se à CNM e sensibilizem o Congresso Nacional da necessidade de que o texto legal seja construído em favor dos municípios, não permitindo que a União dê com uma mão e retire com a outra".

O advogado vê no projeto de lei apresentado pelo senador Jaques Wagner uma boa resposta para o problema, mas apresenta ressalvas. "Analisando o projeto de lei complementar de autoria do senador Jaques Wagner, de criar o Simples Municipal, constata-se que o conteúdo será de grande relevância e ajuda para os municípios. Com esse projeto, o senador sugere criar alíquotas da cota patronal

proporcional ao **PIB** per capita de cada município", analisa.

"Todavia, nesse particular, penso que a indexação da alíquota da contribuição à faixa de FPM pode ser mais justa. Isso porque o **PIB** per capita é influenciado por diversos fatores e, apenas exemplificando, temos pequenos municípios no interior que possuem **PIB** per capita maior do que o de Salvador, segundo o IBGE. Acredito que o critério mais justo de indexação seja a cota do FPM. Fixar alíquotas diferenciadas para cada faixa de FPM será, sem dúvida, mais justo. E, em paralelo a isso, ainda acho que é necessário acabar com essa autorização de sequestros no FPM dos municípios. Essa permissão só beneficia a União e nada mais", concluiu.

Independentemente do porte, os municípios pagam uma alíquota de 20% a 22%

Site:

http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_F7264A62416A5213FE741E8673D47274E3363866085D58275BA84C5735088ED09D3D1F10BB0B49DA5501E55A07AFE98A3AA4035C13D050282FE19CB9F9B1E4982222C48E6EC631837DD270CDCB661FC9ECAE8B3DE1BF84FEF986A5C7C3863DACF15AF20CA7B81DCBD5F2E36AA2E014C7762F2C34D3C757C65093A1

Aposentados vão receber 13^o a partir do mês que vem

Ludmila Azevedo

O governo federal anunciou que a primeira de duas parcelas do 13^o salário dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) começa a ser depositada mês que vem na conta dos segurados.

No Espírito Santo, cerca de 500 mil terão acesso ao benefício antecipado, segundo o Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos do Estado (Sindnapi-ES).

De acordo com o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, 31 milhões de brasileiros serão contemplados.

Bianco ressaltou que o Ministério da Economia reconhece a importância do adiantamento do 13^o, e que a pauta já tem o apoio presidente Jair Bolsonaro.

Já o ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a defender a antecipação como medida para estimular o consumo e a recuperação da economia. Entretanto, a medida acabou atrasada, dependendo da aprovação e sanção do Orçamento 2021.

O governo demorou a aprovar o Orçamento com receio da possibilidade da falta de recursos para despesas básicas. Essa situação poderia resultar* na adoção de manobras fiscais que abrissem caminho para crimes de responsabilidade ao Presidente, as chamadas "pedaladas fiscais".

Por fim, o acordo possibilitou que gastos emergenciais com saúde, que estejam de alguma forma ligados ao combate à pandemia da Covid-19 fossem retirados da meta fiscal, assim como o BEm (Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda) e o Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte).

Isso significa que, da maneira como foi sancionado, o Orçamento deste ano terá mais flexibilidade para que não fure o teto de gastos e, assim, o governo evite cometer as pedaladas até o fim do ano.

O decreto autorizando o pagamento dos R\$ 56 bilhões em benefícios antecipados está pronto no Ministério da Economia.

Para dar tempo de ser processado com a folha dos segurados, a fim de que os pagamentos comecem mês que vem, esse decreto precisa ser publicado até o fim desta semana.

Já há um pré-calendário divulgado, que ainda pode sofrer alterações. O benefício sempre é pago com o pagamento das aposentadorias e pensões nos últimos dias de cada mês e início do mês seguinte.

Auxílio-doença não muda

O governo vetou o mecanismo aprovado no Orçamento de 2021 que previa mudança nas regras do auxílio-doença. Para ampliar a verba controlada por deputados e senadores, o Congresso havia reduzido os gastos com o benefício na expectativa de que o modelo de pagamento fosse alterado -transferindo o custo para as empresas.

Mas, em acordo com lideranças do Legislativo, o presidente Jair Bolsonaro retirou esse trecho do Orçamento, que foi sancionado na semana passada com vetos e bloqueio de despesas. O objetivo foi garantir recursos suficientes para o pagamento de gastos obrigatórios, como aposentadorias e outros benefícios previdenciários.

Em março, o relator do Orçamento, senador Márcio Bittar (MDB -AC), cortou em cerca de R\$ 4 bilhões a estimativa de despesas com auxílio-doença partindo da premissa de que o governo enviaria uma medida provisória alterando regras do benefício.

Previdência prevê pagamento do 13º do INSS em maio e junho

Primeira parcela do abono de Natal deve cair na conta a partir de 25 de maio; veja o calendário

As duas parcelas do 13º salário dos beneficiários do **INSS** serão antecipadas para os meses de maio e junho e serão pagas conforme o mesmo calendário em que são creditadas aposentadorias, pensões e auxílios-doença, segundo previsão da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

O pagamento antecipado da gratificação ainda precisará ser confirmado pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido). "A antecipação provavelmente seria paga na competência maio, com pagamento de 25/5 a 8/6, e junho, com pagamento de 24/6 a 7/7. Mas a Secretaria de Previdência ainda não tem confirmação da antecipação", informou o órgão nesta quarta-feira (28) ao responder o questionamento da reportagem.

O calendário mensal de depósitos dos benefícios do **INSS** sempre começa no mês da competência que está sendo paga, quando ocorrem os créditos para segurados com renda de até um salário mínimo (R\$ 1.100 em 2021). Beneficiários com renda acima do piso recebem a partir do primeiro dia útil do mês seguinte ao da competência paga.

A ordem em que os beneficiários são distribuídos no calendário é definida pelo número final do benefício, sem considerar o dígito que fica após o traço. Confira as datas ao lado.

Indefinição

Em março, pouco antes de o Congresso aprovar o Orçamento deste ano, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o governo aguardava apenas a liberação orçamentária para destinar R\$ 50 bilhões para antecipar "para os próximos dois meses" o pagamento de benefícios de aposentados e pensionistas.

A intenção de Guedes era colocar rapidamente esse dinheiro no bolso dos beneficiários e, com isso, ajudar a aquecer a economia em um momento de paralisação parcial das atividades devido ao agravamento da pandemia de Covid-19.

O problema é o Orçamento aprovado por deputados e

senadores era impossível de ser executado, pois faltariam recursos para despesas básicas.

Entre as falhas encontradas no texto que saiu do Congresso estava a retirada de R\$ 26,5 bilhões dos recursos do seguro-desemprego, do abono salarial e da própria Previdência.

Após semanas de estudos e negociações com o Legislativo, o governo chegou a um acordo com o Congresso para redistribuir as despesas e finalmente publicou o Orçamento 2021. Agora, falta apenas o decreto do presidente Bolsonaro para que o 13º do **INSS** saia.

Site: <https://www.pressreader.com/brazil/agora>

Brasil gerou 184 mil novos postos em março

O Brasil gerou 184.140 postos de trabalho em março deste ano, resultado de 1.608.007 admissões e de 1.423.867 desligamentos de empregos com carteira assinada. Os dados são do Ministério da Economia, que divulgou ontem (28) as Estatísticas Mensais do Emprego Formal, o Novo Caged. O resultado foi comemorado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Ele acredita que, com a vacinação da população contra covid-19, o país está retomando o crescimento econômico sustentável, com destaque para o setor de serviços.

com saldo positivo de 20.729 postos (0,93%).

"Ao contrário da primeira onda [da pandemia de covid-19] que nos atingiu no ano passado e destruiu 276 mil empregos em março, a nossa reação à segunda onda, agora, foi a criação de 184 mil novos empregos no setor formal. E o grande destaque é o setor que tinha sido mais golpeado durante toda a pandemia, o setor de serviços, com praticamente a metade, 95 mil empregos formais. O último setor da economia que estava no chão se levantou", disse, durante coletiva virtual para divulgar os dados.

O estoque de empregos formais no país, que é a quantidade total de vínculos celetistas ativos, chegou a 40.200.042, em março, o que representa uma variação de 1,46% em relação ao mês anterior. No acumulado de 2021, foi registrado saldo de 837.074 empregos, decorrente de 4.940.568 admissões e de 4.103.494 desligamentos até março.

Dados isolados

No mês passado, os dados apresentam saldo positivo no nível de emprego nos cinco agrupamentos de atividades econômicas: serviços, com a criação de 95.553 postos, distribuído principalmente nas atividades da administração pública, defesa e **seguridade social**, educação, saúde e serviços sociais; indústria geral, que criou 42.150 novos empregos, concentrados na indústria de transformação; construção, saldo positivo de 25.020 postos; comércio, mais 17.986 postos de trabalho gerados; e agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, que registrou 3.535 novos trabalhadores.

Todas as regiões do país tiveram saldo positivo na geração de emprego, sendo que houve aumento de trabalho formal em 23 das 27 unidades da Federação. Os destaques são para São Paulo com a abertura de 50.940 postos, aumento de 0,41%; Minas Gerais que criou 35.592 novas vagas (0,84%); e Santa Catarina,

País cria 184 mil vagas formais em março, mas ritmo desacelera

Thiago Resende

Apesar do agravamento da pandemia e da implementação de medidas de restrição a algumas atividades econômicas, o país criou 184.140 vagas com carteira assinada em março.

Na noite de terça-feira (27), o ministro Paulo Guedes (Economia) já havia informado que o balanço do mercado de trabalho formal em março foi positivo, segundo os dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) que foram oficialmente divulgados nesta quarta (28).

Embora tenha havido abertura de vagas em março, os números mostram um desaquecimento do mercado de trabalho, pois em janeiro foram criados 257,8 mil novos contratos, e, em fevereiro, 395,2 mil.

Ao comentar os dados de março, o ministro da Economia, Paulo Guedes, destacou que o setor de serviços foi responsável por metade do saldo. "O último setor da economia que estava no chão se levantou, e a economia brasileira segue criando novos empregos", declarou na quarta-feira.

No acumulado de janeiro a março, o saldo no mercado de trabalho formal é positivo, com a abertura de 837,1 mil vagas num período de crise provocada pela Covid-19.

No mesmo período do ano passado, haviam sido criados 108.8 mil empregos com carteira assinada, pois, em março de 2020, o impacto da chegada do coronavírus resultou no encerramento de quase 276 mil contratos formais.

Nos últimos 12 meses, o Caged registrou a abertura de 857.8 mil novas vagas. Por isso, Guedes ressaltou que o país tem hoje um nível de emprego formal acima do período pré-pandemia.

Para tentar evitar demissões em massa diante do agravamento da crise em 2021, Jair Bolsonaro assinou na terça as medidas provisórias para que regras trabalhistas sejam flexibilizadas novamente diante do agravamento da pandemia.

Com isso, foi recriado o programa que permite o corte de jornada e salários de trabalhadores da iniciativa

privada, além da suspensão temporária de contratos. Em troca, o empregado recebe uma compensação paga pelo governo.

Com um cenário de maiores restrições a atividades econômicas, o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, chegou a prever uma mudança no comportamento do mercado de trabalho.

"Podemos ter perda de empregos no próximo mês", disse. Ele, porém, acredita que isso será amenizado pela medida de corte de salários, que alivia o custo para o patrão.

Pesquisador da área de Economia Aplicada do FGV/Ibre, Daniel Duque também acredita que o Caged de abril possa registrar um resultado negativo, porém próximo de zero.

"O mercado de trabalho tende a ter um pequeno atraso. Quando há queda ou aceleração da atividade econômica, a resposta dos empresários demora um pouco."

Já o economista-chefe da Ativa Investimentos, Éttore Sanchez, projeta um saldo positivo, entre 100 mil e 200 mil vagas abertas em abril, e dados mais desacelerados nos próximos meses, apesar da perspectiva de ampliação da vacinação contra a Covid-19.

"Não podemos considerar que, quando a economia começar a crescer, o empresário vai contratar mais. Não deve haver um 'boom' de contratações no segundo semestre, porque os empresários já se prepararam."

O saldo de março (criação de 184 mil vagas) reflete o desempenho positivo em todos os cinco grandes setores da economia brasileira. O resultado foi puxado pelo setor de serviços, que abriu 95,5 mil vagas no mês.

Em seguida figuram indústria (42,1 mil novos postos), construção (25 mil), comércio (18 mil) e, por último, agropecuária (3.500 vagas abertas).

Numa análise mais detalhada, apenas algumas atividades econômicas apresentaram encerramento de

contratos, como alojamento e alimentação (-28,6 mil) e artes, esporte e recreação (-2.200).

Com isso, as empresas de alojamento e alimentação, que vinham se recuperando em 2021, passaram a apresentar corte de vagas no acumulado de janeiro a março. São quase 7.000 a menos.

Março registrou criação de novos postos de trabalho formal em 22 unidades da Federação, além do Distrito Federal.

São Paulo e Minas Gerais foram os estados com saldo mais positivo -50,9mil35,6 mil, respectivamente.

Dos 184 mil novos empregos formais, cerca de 8.300 são de categorias criadas pela reforma trabalhista, ou seja, 4,5% do total.

Uma delas é o trabalho intermitente, no qual o funcionário recebe pelas horas trabalhadas, mas não há uma jornada previamente estabelecida. A outra é o contrato de trabalho parcial, que permite menos horas semanais do que um contrato padrão.

Em março, o salário médio de admissão formal foi de R\$ 1.802,65. Portanto, acima do patamar de fevereiro (R\$ 1.741,89), mas menor que o de março de 2020 (R\$ 1.821,91). Os dados foram corrigidos pela **inflação** (IPCA).

Além de lançar novamente o programa de corte de jornada e salários dos trabalhadores, o governo flexibilizou regras trabalhistas e permitiu que empresas adiem por até quatro meses o recolhimento de FGTS dos empregados.

Segundo Guedes, essa suspensão temporária de pagamento do FGTS dá um alívio que pode chegar a R\$ 10 bilhões por mês aos empresários. Esse dinheiro, porém, deverá ser depositado até o fim do ano na conta do FGTS dos trabalhadores, pois o pagamento foi apenas adiado para enfrentar o período mais grave da crise provocada pela pandemia.

Especialistas dizem que essa segunda parte do pacote emergencial trabalhista tem pouco efeito na manutenção do emprego, pois o gasto com o FGTS terá que ser realizado até o fim do ano, e regras mais flexíveis, como facilidade para férias coletivas, não resolvem questões mais amplas da economia.

"Isso acaba contendo as demissões marginalmente. O diferimento [suspensão temporária] do FGTS não se transforma em salário, uma vez que é adiado e não significa uma isenção", afirma Sanchez.

Ao comentar os dados, o ministro também destacou

que o Congresso voltou a debater reformas estruturais, como a administrativa, que altera as regras para o funcionalismo público. O tema está sendo analisado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, que aprovou um convite para que Guedes explique a proposta, o que pode ocorrer na próxima semana.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

11

Irritado, Bolsonaro pede a ministros que desistam de convencê-lo a se vacinar

Fabio Murakawa e Matheus Schuch

O presidente Jair Bolsonaro ficou irritado com a divulgação em tempo real de uma reunião em que o ministro da Economia, Paulo Guedes, critica a China e o ministro da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, afirma que se vacinou "escondido" por orientação.

O episódio teve desdobramentos negativos para o governo tanto na CPI da pandemia quanto na relação com Pequim, provocando mais uma manifestação no Twitter do embaixador Yang Wanming.

O "vazamento" dos diálogos ocorreu anteontem, durante uma reunião do Conselho de Saúde Suplementar. O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, ordenou que uma equipe de sua pasta transmitisse o evento pelo Facebook. Mas se esqueceu de avisar os colegas.

Segundo interlocutores, Bolsonaro apontou um erro triplo em relação ao episódio. O primeiro foi a transmissão inadvertida de um evento que por si só já poderia conter temas sensíveis.

A Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) não foi comunicada. Foi esse erro original que tornou público o "sincericídio" de Guedes e Ramos.

No material, Ramos diz que a vida do presidente está em risco por não haver se vacinado contra o coronavírus. Incomodado, Bolsonaro pediu ontem a Ramos e a outros auxiliares que parem de tentar convencê-lo a se vacinar.

Aos 66 anos, Bolsonaro está apto desde o dia 3 de abril a tomar o imunizante, pelo calendário do Distrito Federal. Na época, Ramos, Queiroga, o ministro das Comunicações, Fábio Faria, e o secretário de Assuntos Estratégicos, almirante Flávio Rocha, defendiam ao presidente que ele deveria se vacinar em ato público.

Segundo relatos feitos ao Valor, uma estrutura foi montada no Ministério da Saúde para a vacinação do presidente. O evento seria aberto à imprensa, com a aplicação do imunizante da AstraZeneca/Oxford, aposta do governo, pelo próprio Queiroga. Porém, Bolsonaro resistiu e não se vacinou até hoje.

Ontem, ao conversar com apoiadores no Palácio da Alvorada, o presidente reafirmou que só tomará a vacina após o último brasileiro receber uma dose.

"Eu sou chefe de Estado e tenho que dar exemplo. Já que não tem para todo mundo ainda, que tomem na minha frente", afirmou. "Tem gente apavorada, então toma a vacina na minha frente."

A fala de Ramos pode ter implicações para a CPI da pandemia, aberta para apurar erros do governo federal e o uso de verbas federais por Estados e municípios. Ramos pode ser convocado a depor na CPI por conta do episódio.

Na visão de fontes no Palácio do Planalto, a fala do ministro foi negativa reforça a imagem de "negacionista" de Bolsonaro.

Em nota, Ramos negou anteontem ter sido orientado a não relatar que se vacinaria. Explicou que "apenas não quis fazer desse momento um ato político".

Mas, a interlocutores, o ministro admitiu ontem ter sido "infeliz" ao dizer que se vacinou "escondido". Apesar disso, é certo, segundo várias fontes, que Bolsonaro não queria que seus ministros fizessem publicidade do ato da vacinação.

O negacionismo de Bolsonaro afeta as rotinas na Presidência da República. Ao longo desse último ano de pandemia, há diversos relatos de servi dores que se sentem constrangidos a usar máscara no Planalto. Bolsonaro, além disso, continua provocando aglomerações e sempre aparece sem a proteção facial em viagens e passeios no entorno de Brasília.

Paulo Guedes, por sua vez, disse na transmissão que o chinês "inventou" o coronavírus e "a vacina dele é menos efetiva do que a do americano".

A fala ocorreu no momento em que o Palácio do Planalto tenta refazer laços com o país asiático, após a gestão do ex-chanceler Ernesto Araújo, marcada por diversos episódios de xenofobia em relação à China.

O episódio obrigou o chanceler Carlos Alberto França a fazer um telefonema para o embaixador chinês. Na véspera, Yang havia lembrado no Twitter que "a China é o principal fornecedor das vacinas e os insumos ao

Brasil".

Segundo fontes no Itamaraty, a conversa ajudou a remediar a situação, somada à retratação feita por Guedes no mesmo dia.

Na conversa com apoiadores ontem no Alvorada, Bolsonaro disse que a CPI da pandemia pode se tornar um "carnaval fora de época". E questionou o escopo de atuação do colegiado, que já tem requerimentos de convocação de diversos ministros. O Planalto tentou incluir governadores e prefeitos na investigação.

"A CPI vai chamar [governadores e prefeitos] ou vai querer fazer carnaval fora de época? Vão se dar mal. Aqueles que estão com essa intenção... Lá tem gente bem intencionada, gente lá que..., não é que me defende, está falando a verdade. Mas tem um outro lá que quer fazer uma onda só", afirmou.

Bolsonaro defendeu a atuação do governo federal e acusou gestores de roubar e desviar as verbas repassadas a Estados e municípios durante a pandemia.

"A CPI vai investigar o quê? Eu dei dinheiro para os caras, pô! O total foram mais de 700 bilhões de reais, o auxílio emergencial no meio. Os caras roubaram o dinheiro, desviaram, agora vem uma CPI para investigar conduta minha?", reclamou.

Bolsonaro não entrou em detalhes sobre as acusações, mas citou que o governo do Rio Grande do Norte teria desviado R\$ 900 milhões da verba federal para quitar a folha de pagamento dos **servidores públicos**.

Ao elencar temas que devem ser investigados na CPI, como o incentivo do presidente ao uso de medicamentos sem comprovação científica contra covid-19, Bolsonaro reiterou sua posição:

"Ah, se ele foi favorável à cloroquina ou não, se eu tiver um novo vírus eu vou tomar de novo, me safei em menos de 24 horas, assim como milhões de pessoas".

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

ADVOGADO avalia MP que flexibiliza regras trabalhistas

O governo federal relançou um pacote de medidas que flexibiliza regras trabalhistas referentes a direitos como férias, feriados, banco de horas e FGTS por 120 dias. A Medida Provisória nº 1.046/2021 foi publicada ontem (28) no Diário Oficial da União. O Portal O Dia.com ouviu o advogado Ozanan Vilarinho, que é especialista em direito empresarial. Ele esclareceu alguns pontos sobre o assunto.

Na ocasião, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) retomou o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego (BEm) que permite a empresas a realização de acordos para redução de jornada e salário de funcionários ou a suspensão dos contratos de trabalho. Por meio da edição da MP nº 1.045/2021, o BEm também entra em vigor de forma imediata e terá duração inicial de 120 dias.

"Além disso, há também o pagamento de um benefício custeado com recursos do Ministério da Economia aos empregados que tenham essa redução ou suspensão. O valor do benefício a ser pago será proporcional ao que ele teria direito no seguro desemprego. Vale lembrar que esse benefício não é devido aos **servidores públicos** e pessoas assistidas por Benefício de Prestação Continuada (BPC) e benefícios previdenciários de forma geral", disse o advogado.

No caso da MP nº 1.046/2021, foram flexibilizadas regras sobre teletrabalho, antecipação de férias individuais, concessão de férias coletivas, aproveitamento e a antecipação de feriados, banco de horas, suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho e adiamento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Em relação a redução da carga horária de trabalho, o advogado pontua que ela pode ocorrer de três formas. Além disso, o trabalhador que tiver dentro desse período de suspensão não poderá ser demitido, exceto por justa causa.

"Pode ser feita em proporções de 25%, 50% e 75% com o pagamento do benefício proporcional a essa redução. Durante esse período de redução ou suspensão, o trabalhador terá a garantia da manutenção do seu emprego. Ou seja, ele não poderá ser demitido sem justa causa. E essa garantia de emprego também irá durar após o retorno do trabalho

pelo período igual que ele teve de suspensão ou redução. Esse acordo pode ser feito de forma individual ou coletiva", pontua.

Pela MP, as empresas poderão conceder férias coletivas, devendo notificar o conjunto dos empregados com antecedência de 48 horas. Nesse caso não há necessidade de observar o limite máximo de períodos anuais e o limite mínimo de dias corridos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo permitida a concessão por prazo superior a trinta dias.

A antecipação de feriados federais, estaduais, distritais e municipais, incluídos os religiosos, também está permitida. Nesse caso, os feriados poderão ser utilizados para compensação do saldo em banco de horas.

A MP também suspende temporariamente o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pelos empregadores por quatro meses, referente a abril, maio, junho e julho. O pagamento poderá ser realizado em até quatro parcelas mensais, sem multa ou encargos, com vencimento a partir de setembro de 2021. Caso não haja o pagamento nesse prazo, haverá multa e o bloqueio do certificado de regularidade do FGTS.

"AS RELAÇÕES TRABALHISTAS DEVEM SE MANTER ESTÁVEIS"

A pandemia da Covid-19 estremeceu as relações entre patrões e empregados. Contudo, com a manutenção e permanência dos empregos por causa das medidas, elas devem seguir estáveis. É o que aponta o especialista. "Pela própria natureza desse estado de calamidade pública, as relações tendem a ser um pouco mais conturbadas do que o normal. Com essas medidas de redução e suspensão que garantem inclusive a permanência no emprego durante essa fase difícil. A tendência é de que as relações trabalhistas se mantenham estáveis. Para isso, deve existir a compreensão de empregados e empregadores para que ambos cheguem a um acordo comum", finalizou.

Site: <https://odia.presslab.com.br/>

Risco de inflação no curto prazo é desafio para CBS - FABIO GRANER

FABIO GRANER

Uma **reforma tributária** que envolva somente transformar o PIS/Cofins na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) tem riscos de causar desequilíbrios no curto prazo, entre eles uma subida da **inflação**, e dificultara necessária retomada da economia. O alerta foi feito pelo economista e diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), Berna da Appy, um dos mentores da PEC 45, que promove uma ampla reforma na tributação de consumo no Brasil, não só na esfera federal.

"A CBS não tem regra de transição e, portanto, tem um impacto sobre preços relativos que ocorre todo de uma vez. Essa mudança pode gerar reações muito negativas, inclusive com impacto inflacionário", disse ao Valor. "No longo prazo, quem tem redução de tributo, por pressão concorrencial, acaba sendo obrigado a passar para preço. No curto prazo, não necessariamente. E quem tem aumento de tributo tende a repassar para preço. Não porque o desenho da CBS seja errado, mas por não ter transição, os impactos no curto prazo podem não ser positivos", acrescentou.

Apesar de Appy ser um dos autores técnicos e defensor da PEC 45, é bom se atentar para seu alerta, ainda mais em uma economia já fragilizada. Em especial no contexto em que a reforma volta a ser discutida no Congresso e no qual o governo pressiona para que seja dada prioridade à CBS.

Especialista no assunto, Appy reconhece que o desenho do tributo federal para substituir o PIS e a Cofins teria efeitos positivos de longo prazo no crescimento econômico. Avalia, porém, que esse benefício futuro é bem menor com a CBS sozinha do que com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que inclui também **tributos** estaduais e municipais e que poderia **resolver** os diversos problemas do ICMS, ISS e PIS/Cofins.

"O ICMS é o maior problema tributário que nós temos. O PIS/Cofins é o segundo maior", salientou, destacando que a aprovação de uma ampla reforma pode levar o mercado a antecipar seus efeitos positivos, via redução dos juros, acelerando a retomada do crescimento. Ele diz ainda que a reforma ampla é deflacionária no longo prazo e, como tem

transição, não deve trazer problemas de curto prazo.

Appy nega haver riscos de aumento de carga tributária com a PEC 45, hipótese que tem sido levantada nos bastidores da equipe econômica. Segundo ele, o texto é claro em garantir que haverá equilíbrio em relação ao nível atual de carga e o fato de haver uma fase de dois anos de testes com alíquota baixa e oito anos de transição viabilizariam essa promessa, o que, diz, não ocorreria no caso da CBS.

No último fim de semana, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), anunciou o retorno do tema. Em seguida cobrou a apresentação de um relatório por parte do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que tem a nada trivial missão de construir um texto de consenso para as PECs 45 e 110 e o projeto que cria a CBS.

O movimento de Lira surpreendeu muita gente. Há diversas interpretações sobre sua real intenção, se seria agradar o mercado financeiro, de quem tem estado muito próximo, ou para tentar dividir a atenção da CPI da Pandemia, relatada por seu inimigo político em Alagoas, o senador Renan Calheiros (MDB). A CPI tem deixado desesperado o governo Bolsonaro, ao qual Lira se aliou. Seja qual for a motivação, o fato é que o tema voltou ao radar.

Dias depois de anunciar a volta das discussões, Lira deu sinal de que apoiaria uma reforma fatiada, o que agraciou a Economia. O time de Paulo Guedes considera arriscado um movimento que inclua já os **impostos** estaduais e municipais.

Uma fonte do governo defendeu ao Valor a estratégia gradualista. Lembrando que o Brasil já deixou muitas vezes o bom em busca do ótimo, o interlocutor avalia que é melhor avançar onde haveria consenso. Essa fonte confirma que há chance de o governo aceitar mais de uma alíquota para fazer avançar a CBS. Não seria o ideal do ponto de vista teórico, diz, mas, se servir para reduzir impactos setoriais, viabilizando um acordo para aprovação do projeto de lei, valeria a pena.

O interlocutor reconhece que, para a economia brasileira, seria melhor uma reforma ampla, que corrigisse todos os problemas, mas aponta para a dificuldade de consenso em tomo do IVA Nacional

(IBS) e os riscos de se ficar sem nada. "A nossa solução pelo menos marca um início de mudança e trará crescimento econômico. Fazer o PIS/Cofins não é pouca coisa, tanto que ninguém fez isso antes", disse.

O diretor da CBPI Produtividade Institucional, Emerson Casali, que tem ajudado o setor de serviços nessas discussões, defende que a CBS tenha várias alíquotas para evitar um grande impacto em preços relativos e o risco de se alimentar a **inflação**. A mesma lógica, explica, se aplicaria ao IBS.

Segundo ele, "alíquotas variáveis neutras resolveriam mais de 90 % dos problemas, pois acabariam com a complexidade e litígios sobre os insumos". "Seria desastroso, especialmente para o emprego, aumentar **impostos** sobre os serviços ao consumidor, como habitação, mensalidades, passagens, exames médicos."

O cientista político e sócio da Hold Assessoria Legislativa, André César, se mostra cético com o cenário para o andamento da **reforma tributária**. "Lira conseguiu retomar o debate, jogar luz no tema, mas não creio que a reforma vai ocorrer agora. Foi movimento para chamar atenção e colocar as pessoas para conversar. Quando ele fala em fatiar, mostra isso", disse.

Ele lembra que Lira está em uma fase de "morde-assopra" com o governo e que ele pode estar fazendo movimento para ganhar poder junto ao governo.

O analista considera que há complicadores para a reforma, como o fato haver três propostas na mesa, dificultando o trabalho de Aguinaldo Ribeiro para ter um texto de consenso. Além disso, destaca, o foco da sociedade está direcionado para a pandemia.

Até o momento Ribeiro não sinalizou se vai atender o prazo de Lira e o que vai entregar em termos de proposta. De fato, o país demanda para logo uma melhora em seu sistema. Não só na tributação de consumo. Mexer na terrível regressividade tributária, avançando na cobrança de Imposto de Renda e dividendos (fontes indicam que isso pode entrar em eventual relatório de Ribeiro), também é fundamental. Por etapas ou de uma só vez, a torcida é para que haja reforma de verdade e que a discussão não seja só mais uma tática diversionista dos políticos.

Fabio Graner é repórter. Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a coluna de Ribamar Oliveira E-mail fabio.graner@valor.com.br

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Risco iminente (3)

O risco iminente de faltar a segunda dose da vacina contra a Covid-19 volta a expor o Brasil, em alcance planetário, como o lugar do mundo onde não há ordenamento razoável, no sentido de combater a terrível praga, com o empenho e o vigor necessários. O número de cidades acusando a lacuna, em 18 estados, tende a espalhar-se, tão rapidamente quanto a infecção, debitando-se este absurdo à deliberação superior pelo uso à plena carga das primeiras remessas, sem o cuidado de garantir novos envios do medicamento.

Como não há proteção pela metade, preocupa a possibilidade de maior exposição do cidadão, pois não se sabe ao certo os efeitos de receber o imunizante em apenas uma etapa. Chega a oito, com tendência a aumentar, a quantidade de capitais sem chance de cumprir o combinado, principal salva-vidas do Programa Nacional de Imunização, correspondendo a 76% do volume total disponível.

A carência sugere mais um item para investigação pela Comissão Parlamentar de Inquérito instalada com finalidade de apurar a gestão da pandemia, uma vez ser de conhecimento geral a dificuldade de diálogo com parceiros e fabricantes.

Para se ter ideia do nonsense, até hoje há elementos de primeiro escalão, como o ministro da Economia, entre o descaso e a valentia, a hostilizar deliberadamente a China, sabendo-se ser fornecedora do insumo para fabricação dos antídotos contra o novo coronavírus.

Restam ao país duas opções, uma da outra excludente: ou recupera poder de gerir recursos em defesa de quem recolhe **tributos** em prol da saúde coletiva ou se permite morrer, dia após dia, amargando processo de extermínio tático, não sabendo qual das pragas é mais destrutiva.

O sofrimento reverbera em cinco continentes, embora parte da população forme crença em aleivosias sem noção, ensejando ao gigante adoecido a triste pecha de usina do coronavírus, uma nação adepta dos baixos instintos, de pouca empatia, séria ameaça para toda a espécie.

Site:

http://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?key=ab_F7264A62416A5213FE741E8673D47274E3363866085D58275BA84C5735088ED09D3D1F10BB0B49DA5501E55A07AFE98A3AA4035C13D050282FE19CB9F9B1E4982222C48E6E

C631837DD270CDCB661FC9ECAE8B3DE1BF84FEF986A
5C7C3863DACF15AF20CA7B81DCBD5F2E36AA2E014C7
762F2C34D3C757C65093A1

Governo federal avalia programa para reduzir preço do gás aos mais pobres

O governo está trabalhando para a criação de um programa para que famílias mais vulneráveis tenham acesso ao botijão de gás. Sem muitos detalhes, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou nesta quarta-feira, 28, que as medidas estão sendo discutidas em parceria com outras pastas do governo Bolsonaro e devem ser concluídas nos próximos dois meses.

"Estamos trabalhando junto com o Ministério da Cidadania e também com o da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no sentido de atender essa população que não tem condições de adquirir um botijão de gás e tem que voltar a lenha" afirmou Albuquerque em entrevista à Rádio Bandeirantes. "É inadmissível e nós estamos trabalhando em um programa para que essas pessoas mais vulneráveis tenham acesso ao botijão de gás", disse.

Na tentativa de frear os preços, o governo zerou o imposto federal do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), popularmente conhecido como gás de cozinha. O ministro, no entanto, ressaltou que ainda há o impacto dos **tributos** estaduais e dos encargos de distribuição.

"No que diz respeito ao GLP, o governo federal fez a parte dele do botijão de gás e zerou os **impostos**. O presidente colocou isso, é zero o imposto federal no que diz respeito ao GLP. Temos o

imposto estadual e também outros encargos de distribuição", disse.

O ministro explicou que a medida não será especificamente similar ao programa Tarifa Social, que concede

descontos nas contas de luz de famílias mais vulneráveis, mas terá o mesmo propósito. Até março, cerca de 11,9 milhões de famílias estavam inscritas para receber o benefício.

Site: <https://d24am.com/jornais/dez-minutos/29-04-2021-2/>

Última parcela de abril do FPMfpm será paga sexta às prefeituras - RODA VIVA

DA EQUIPE

A última parcela de abril do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no valor de R\$ 3.477.425.133,18 será depositada nas contas das prefeituras municipais na sexta-feira (30). De acordo com a Confederação Nacional de Municípios (CNM), em levantamento sobre a transferência constitucional - a partir dos dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) entre os dias 11 e 20 - aponta que o repasse de fechamento mensal é 11,67% maior que em 2020. No entanto, esse crescimento do terceiro decêndio do mês reduz para 4,92% quando se aplica a inflação do período. Ao considerar a retenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o montante destinado aos cofres municipais será de R\$ 2.781.940.106,54. Ainda assim, abril fecha com aumento de 33,92% ou de 14,18%, aplicando a inflação. De janeiro até agora, os municípios receberam R\$ 9,8 bilhões, referente a 22,5% dos Impostos de Renda e dos Produtos Industrializados (IR e IPI). O FPM registrou aumento nos quartos primeiros meses do ano.

PARTILHA Do total destinado aos 5.568 Municípios no último FPM de abril, às 2.447 prefeituras de coeficientes 0,6 ficarão com R\$ 684.932.409,85 e os 168 grandes centros urbanos de coeficientes 4,0 ficarão com R\$ 457.858.040,97 - 13,17% do valor total. Além de reter 20% para o Fundeb, cada Município deve destinar de suas transferências, 15% para saúde e 1% para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).

Site: <https://odia.presslab.com.br/>

Biden anuncia plano trilionário, com aumento de imposto para ricos

Alíquota total para a fatia mais rica da população do país chegaria a 43,8%

O governo dos Estados Unidos divulgou ontem uma proposta de US\$ 1,8 trilhão em investimentos em áreas como educação, saúde e cuidados infantis.

Batizado de "Plano das Famílias Americanas", o pacote seria financiado, em parte, pelo aumento na carga tributária dos mais ricos, incluindo alta do imposto sobre de ganhos de capital a 39,6%. Em **comunicado**, a Casa Branca revelou que o projeto consiste em US\$ 1 trilhão em gastos distribuídos na próxima década e US\$ 800 bilhões em cortes de **impostos** para a classe trabalhadora.

No Congresso, onde precisará ser aprovado, o pacote não foi bem recebido por muitos republicanos, que não ficaram animados com os aumentos de **impostos** e de gasto público que Biden busca promover para viabilizar mais uma de suas promessas de campanha de retirar as isenções fiscais aos mais ricos, aprovadas por o antecessor Donald Trump.

Entre outros pontos, o texto prevê acesso universal à pré-escola e dois anos de ensino superior gratuito a todos os norte-americanos, inclusive a jovens imigrantes. O programa também estabeleceria licença paga a trabalhadores que precisem se ausentar para cuidar de familiares, além de mobilizar recursos para o combate à insegurança alimentar.

A ideia é realizar mudanças no código tributário para ajudar a pagar o plano. No total, o nível de **impostos** aos mais ricos poderia chegar a 43,8%. Haveria ainda um imposto fixo de 3,8% para todos os norte-americanos que ganhem mais de US\$ 400 mil por ano.

Site: <http://digital.otempo.com.br/leitor>

Biden dá lições para o Brasil (3)

Joe Biden completa, nesta quinta-feira, 100 dias na presidência dos Estados Unidos. É louvável o trabalho realizado pelo líder norte-americano em tão curto espaço de tempo. O mais importante deles, recolocar a maior potência do planeta na normalidade, ao simplesmente respeitar a liturgia do cargo. Os quatro anos de governo do negacionista Donald Trump foram desastrosos e devem ser relegados ao que há de pior da história.

Aos 78 anos, Biden sinalizou o desejo de ser um dos presidentes mais transformadores dos Estados Unidos. Pelo que se viu nos poucos meses de três meses desde a sua posse, é possível acreditar. Ele aprovou um pacote de US\$ 1,9 trilhão em socorro às famílias afetadas pela pandemia do novo coronavírus, com a distribuição de cheques de US\$ 1.400. Propôs um programa de infraestrutura de mais de US\$ 2 trilhões e deve lançar mais um plano trilionário de ajuda aos trabalhadores.

Assim que assumiu, o democrata prometeu vacinar 100 milhões de norte-americanos contra a covid-19 nos 100 primeiros dias de governo. Uma semana antes do prazo, 200 milhões de cidadãos já tinham tomado a primeira dose dos imunizantes. Essa proteção da população adulta permitiu um feito ao governo: abolir o uso de máscaras em locais abertos.

Vale lembrar que, quando Biden chegou à Casa Branca, em 20 de janeiro, os Estados Unidos registravam média diária de 195 mil novos casos de infecção pelo coronavírus e 3 mil mortes. Atualmente, a média de novos casos está em 57 mil e o de óbitos, em 700. Tudo isso foi possível porque o presidente norte-americano definiu um plano nacional de vacinação, ao contrário do que propunha Trump, de deixar todo o trabalho a cargo dos estados.

Foi justamente a imunização em massa da população que permitiu aos EUA retomarem o crescimento econômico de forma acelerada. A perspectiva é de que a locomotiva do mundo avance entre 5% e 6% neste ano, com a taxa de **inflação** se mantendo abaixo de 2% ao ano. O desemprego, por sua vez, tem caído sistematicamente, mês a mês, encostando nos 6%.

Por tudo o que já disse, Biden quer resgatar o papel do Estado para prestar o melhor serviço possível à população norte-americana. Esse Estado de bem-estar social e de indutor do crescimento foi destruído a partir da administração de Ronald Reagan. Com o

plano de infraestrutura, Biden pretende promover uma revolução, transformando os EUA em uma potência econômica sustentável, com mudança na base energética e forte preservação do meio ambiente, e em um país inclusivo, com investimentos em educação, assistência a crianças e licenças maternidade e paternidade.

A transformação também passa pelo combate ao racismo, pela restrição à posse e ao porte de armas e por mudanças nas políticas de imigração, que inclui a garantia da cidadania a crianças que nasceram nos EUA, mas que estão à margem da sociedade. Este último tema talvez seja o mais espinhoso a ser enfrentado pelo presidente norte-americano, uma vez que suas ações tomadas nessa área são aprovadas por apenas 37% da população.

Enfim, Biden tem lições de sobra para dar ao Brasil, que caminha para 400 mil mortes, com o desemprego alcançando quase 15% dos trabalhadores, a **inflação** arreganhando os dentes, a economia definhando e o negacionismo prejudicando um urgente processo nacional de vacinação. Os Estados Unidos estão com os pés no futuro. O Brasil insiste em ficar atolado no atraso. Pobres brasileiros.

Renda sem omissão (3)

Pouca gente se lembrava, até o Supremo Tribunal Federal deliberar sobre o tema, de que o Brasil tem instituído na legislação um programa que garante a todos os seus residentes, independentemente da condição socioeconômica, uma mesma renda básica.

A lei 10.835, de janeiro de 2004, é exemplo dos mais eloquentes de como boas intenções e medidas ambiciosas, até bombásticas, podem chegar ao papel sem produzir nenhum efeito prático.

Aprovado sem maior controvérsia pelo Congresso nos primórdios do governo Luiz Inácio Lula da Silva, o texto servia como uma espécie de prêmio de consolação para a militância de esquerda e, em particular, para o então senador Eduardo Suplicy (SP), o mais notório defensor da proposta no país.

Na época, a administração petista estava mais preocupada com reformas e ajustes orçamentários, enquanto lançava um programa social bem mais realista -o Bolsa Família, com foco apenas nos estratos mais carentes da população.

A ideia de que o bem-sucedido Bolsa Família pudesse ser gradualmente ampliado até se converter em uma renda universal de cidadania caiu no esquecimento.

Nunca houve entendimento técnico e político para levar adiante uma empreitada cujos custos, a depender do formato adotado, podem atingir algo entre 5% e 10% do Produto Interno Bruto (a conta do Bolsa Família ronda 0,5% do **PIB**).

Passados 17 anos desde a sanção da lei, eis que o STF concluiu, na segunda (26), que o Executivo se omitiu na regulamentação do benefício -no que tem toda a razão.

A corte determinou que o programa seja implantado gradualmente a partir de 2022. Prevaleceu, porém, a tese de que seu alcance não deve ser universal, mas limitado a famílias com renda per capita até R\$ 178 mensais. Nesse ponto, apesar da louvável preocupação orçamentária, os magistrados se aventuraram a legislar sobre o tema.

O debate, que é dos mais pertinentes, deve se dar no Congresso Nacional. Lá já tramitam propostas para o aperfeiçoamento e eventual ampliação das ações de seguridade. O projeto da Lei de Responsabilidade Social, por exemplo, constitui um bom ponto de partida.

Sob Jair Bolsonaro, o Executivo não tem sido capaz de apresentar nada relevante nessa matéria -o auxílio emergencial na pandemia foi movimento parlamentar.

Para que novas iniciativas não venham a cair no vazio, sua formulação precisa estar associada à discussão do Orçamento. Do contrário, serão inócuas ou, pior, gerarão crises que agravarão a pobreza.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>
11

Brasil deve ter menor crescimento entre as dez maiores economias

Eduardo Cucolo são paulo

O Brasil terá o pior desempenho econômico entre as dez maiores economias mundiais, considerando o critério da PPC (paridade de poder de compra), que reflete as diferenças de custo de vida entre os países.

É o que mostra estudo feito a pedido da Folha pelos economistas Cláudio Considera e Juliana Treee, do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), com base em dados e projeções do FMI (Fundo Monetário Internacional) divulgados em abril.

Se for considerado o tamanho das economias mundiais com base na PPC, o Brasil deve manter em 2021 a 8ª posição pelo terceiro ano seguido. Em 2018, era o sétimo.

Em 2020, o Brasil conseguiu reduzir a distância para a maioria dos países que estão à sua frente, exceto em relação a China e Indonésia, que tiveram desempenho econômico melhor.

Em 2021, as sete maiores economias do planeta terão performance superior à brasileira, segundo a estimativa do FMI, que é mais otimista que a do governo brasileiro.

O país não deve perder posições no ranking neste ano, se a projeção se confirmar, mas ficará próximo de ser ultrapassado por França e Reino Unido, atuais 9º e 10º colocados, que também vão crescer mais em 2021.

O Fundo projeta crescimento de 3,7% para o Brasil neste ano. O Ministério da Economia, de 3,2%. A estimativa do mercado está em 3,09%, segundo a pesquisa Focas do Banco Central. A média mundial é uma expansão de 6%, segundo projeção do FMI.

Pelo critério do PPC, a China é a maior economia mundial, seguida por EUA, Índia, Japão, Alemanha, Rússia, Indonésia e Brasil. A série histórica do ranking PPC foi alterada por causa da revisão para cima do **PIB** brasileiro de 2018 e 2019, melhorando a colocação do país na lista -inicialmente, estimou-se queda do Brasil no ranking nesses dois anos.

No ano passado, o Brasil teve uma queda do **PIB** de

4,1%, acima da média mundial de 3,3%, além de uma desvalorização da sua moeda de cerca de 30%, um dos piores desempenhos internacionais.

Em 2021, o câmbio não deve se desvalorizar tanto. No ano passado, o dólar passou de R\$ 4,03 para R\$ 5,20. As expectativas de mercado indicam uma taxa de R\$ 5,40 no fim deste ano.

"Mesmo que o real não se desvalorize tanto neste ano, você vai ter um crescimento menor do que no resto do mundo jogando contra, porque nós não cuidamos direito na pandemia", diz Considera.

Segundo ele, mesmo que o país tenha uma recuperação em "V", como afirma o governo, o crescimento deste ano não vai repor as perdas de 2020, e, mesmo que isso ocorresse, o país voltaria para o patamar de crescimento muito baixo verificado de 2017 a 2019.

A expectativa do Ibre é uma variação do **PIB** próxima de zero no primeiro trimestre, o que pode se repetir em abril e maio, com ganho de tração nos três meses seguintes e uma nova desaceleração a partir de setembro.

"O segundo trimestre vai depender do quanto você vai conseguir vacinar de gente, porque o setor mais importante da economia, que é o de serviços, depende de interação social. Ou tem população vacinada ou não tem interação social", afirma o economista do FGV Ibre.

Além do critério da PPC, o Fundo compara o tamanho das economias considerando o valor do **PIB** de cada país em dólares a preços correntes.

Nesse caso, o Brasil caiu da 9ª posição ocupada em 2018 e 2019 para a 12ª posição em 2020, sendo ultrapassado por Canadá, Coreia do Sul e Rússia. A queda já havia sido projetada por um estudo do Ibre divulgado em novembro.

Para 2021, a projeção do FMI indica que o país deve perder mais uma posição, para a Austrália, segundo cálculos dos economistas do FGV Ibre.

Por esse critério, os EUA são a maior economia mundial, seguidos por China, Japão e Alemanha. Até

2014, antes da recessão iniciada naquele ano, o Brasil era a 7ª maior economia por esse critério.

As projeções do FMI também mostram que o Brasil recuou no ranking global dos países com maior **PIB** per capita em 2020 e deve continuar a perder posições nos próximos anos. A queda do Brasil no ranking ocorre pelo menos desde 1980, quando o país estava entre os 50 maiores. Em 2020, ficou com a 85ª posição entre os cerca de 195 países para os quais há dados.

Mesmo que o real não se desvalorize tanto neste ano, você vai ter um crescimento menor do que no resto do mundo jogando contra, porque não cuidamos direito da pandemia

Cláudio Considera

economista do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

11

Governo veta proposta no Orçamento de 2021 que previa mudança do auxílio-doença

O governo vetou o mecanismo aprovado no Orçamento de 2021 que previa mudança nas regras do auxílio-doença.

Para ampliar a verba controlada por deputados e senadores, o Congresso havia reduzido os gastos com o benefício na expectativa de que o modelo de pagamento fosse alterado -transferindo o custo para as empresas.

Mas, em acordo com lideranças do Legislativo, o presidente Jair Bolsonaro retirou esse trecho do Orçamento, que foi sancionado no fim da semana passada com vetos e bloqueio de despesas.

O objetivo foi garantir recursos para o pagamento de gastos obrigatórios, como aposentadorias e outros benefícios previdenciários.

Em março, o relator do Orçamento, senador Márcio Bittar (MDB-AC), cortou em cerca de R\$ 4 bilhões a estimativa de despesas com auxílio-doença partindo da premissa de que o governo enviaria uma medida provisória alterando regras do benefício.

O movimento fez parte da estratégia de Bittar para turbinar as emendas parlamentares, usadas por deputados e senadores para destinar recursos do Orçamento a projetos e obras a suas bases eleitorais.

Segundo técnicos da equipe econômica, o corte no auxílio-doença não teve aval da pasta e, assim que o Orçamento foi aprovado, já havia a indicação de a medida provisória nem ser publicada.

Bittar criara um mecanismo para que os R\$ 4 bilhões em emendas só fossem liberados após ser aprovada lei ou apresentada medida provisória que alterasse as regras de pagamento do auxílio -doença.

Sem consenso, Bolsonaro vetou esses gastos que estavam condicionados à alteração no benefício previdenciário.

Esse veto faz parte do ajuste de R\$ 29 bilhões feito pelo presidente no ato de sanção do Orçamento para garantir a verba para despesas obrigatórias e o cumprimento do teto de gastos -regra que limita o crescimento à inflação.

Com isso, as emendas condicionadas às mudanças no auxílio-doença foram canceladas. Elas destinavam dinheiro para a área de agropecuária, preservação ambiental e obras, por exemplo.

VALOR MÉDIO DO BOLSA FAMÍLIA DEVE SUBIR PARA R\$ 250, DIZ BOLSONARO

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse nesta quarta-feira (28) que, a partir de agosto ou setembro, pretende ampliar de R\$190 para R\$ 250 o valor médio pago a beneficiários do Bolsa Família.

Thiago Resende

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49511>

Expectativa é que 5G aumente o PIB e ajude a reduzir pobreza no país

Julio Wiziack

A implementação da telefonia de quinta geração vai ajudar o país a cumprir as metas pactuadas na ONU. Com a promessa de revolucionar a economia, o 5G pode fazer o **PIB** do Brasil crescer cerca de US\$ 1,2 trilhão (R\$ 6,5 trilhões) a mais até 2035.

A estimativa é da consultoria especializada Omdia em estudo para a Nokia, um dos principais fornecedores de equipamentos de rede 5G.

Por setores, esse aumento do **PIB** deve ser maior nas áreas de tecnologia (US\$ 241 bilhões a mais), governo (US\$ 189 bi), manufatura (US\$ 181 bi), serviços (US\$ 152 bi), varejo (US\$ 88bi), agricultura (US\$ 77 bi) e mineração (US\$48,6bi).

Estimular o crescimento é a chave para erradicar a pobreza e a fome, além de reduzir desigualdades sociais, principais objetivos da Agenda 2030.

A ideia do governo é maximizar os investimentos exigidos pelo 5G para levar o país a um novo patamar de desenvolvimento, especialmente nas áreas mais pobres.

A expectativa é que o leilão das licenças ocorra ainda no primeiro semestre deste ano, para que as operadoras vencedoras deem início à construção de suas redes.

Nas obrigações definidas pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), as teles deverão oferecer planos comerciais nas capitais no segundo semestre de 2022 e em todo o território nacional em meados de 2029.

Para isso, as operadoras terão de investir cerca de R\$ 33 bilhões na construção da infraestrutura e na ampliação da rede 4G, que chegará a cerca de 1.400 localidades hoje desassistidas de qualquer serviço de telefonia, diz a Anatel.

Segundo cálculos feitos pelo Banco Mundial, um aumento de 10% na oferta de conexões (móveis ou fixas) é capaz de ampliar em 1,2% o **PIB** da localidade beneficiada.

"As contrapartidas permitirão levar conectividade a

diversas localidades do país, iluminando os desertos digitais ainda existentes", diz Marcos Ferrari, presidente da Conéxis, associação que representa as operadoras de telefonia.

Um estudo recente do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) sobre os impactos da telefonia móvel nos compromissos da Agenda 2030 mostra que um acréscimo de 10% do investimento total das operadoras gera efeitos indiretos capazes de retirar da pobreza 360 mil pessoas por ano ou impedir que 375 mil passem fome.

De acordo com o estudo, políticas públicas voltadas à oferta de conectividade permitem que a parcela mais vulnerável consiga trabalho, tenha acesso a micro créditos, gere renda e ascenda profissionalmente.

É o que mostram experiências de países como Índia e Bangladesh, onde houve combinação de esforços privados (fabricantes de telefone lançaram modelos específicos de baixo custo) e governamentais (destinação de verbas para garantir o acesso).

Foi esse conceito que norteou a nova política da Caixa Econômica Federal que, ao lançar um aplicativo para pagamento do auxílio emergencial aos prejudicados pela pandemia, acabou criando um banco digital para os mais pobres.

Hoje, o aplicativo conta com mais de 107 milhões de cadastrados (com contas bancárias abertas) e a Caixa só aguarda aval do Banco Central para lançar esse novo banco, totalmente digital. Segundo o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, um dos produtos será o microcrédito.

Pelo estudo do BID, quanto maior o investimento das operadoras em tecnologia, maior é o efeito de aumento de renda na população. Cada 1% a mais nesse dispêndio provoca uma alta de 0,0027 ponto percentual, em média, na renda dos 20% mais carentes.

Em média, as teles ampliam em cerca de 10% seu investimento total por ano. Com a nova rodada de desembolsos com o 5G, essa média terá um incremento de cerca de R\$ 3 bilhões a mais, sem contar os dispêndios com melhorias na rede já instalada.

A tecnologia estimula o surgimento de novas formas de prestação de serviço. As redes 3G e 4G tornaram possíveis o surgimento de aplicativos como Uber e iFood, que dão trabalho a motoristas e entregadores ao redor do mundo.

Ao menos três metas definidas pela Agenda 2030 serão atendidas diretamente pelo edital do 5G, afirma Carlos Baigorri, conselheiro da Anatel que relatou o processo com as regras do leilão.

"No campo da economia [objetivo 8], o 5G deve ser a alavanca para o próximo ciclo econômico, pois será a plataforma para diversas inovações na indústria, no campo, na mobilidade das pessoas."

Ainda segundo ele, dois outros objetivos (inovação tecnológica e mobilidade nas cidades) também estão contemplados pelo edital que obriga a implantação do 4G em todas as localidades do país hoje sem serviço.

"Além de reforçar a rede já existente, as empresas vencedoras do leilão terão de implantar uma rede 5G totalmente nova e no padrão tecnológico mais avançado em todos os municípios. Isso vai permitir reduzir desigualdades", diz Baigorri.

Para ele, o consenso é que a nova plataforma será habilitadora de um novo conceito, a internet das coisas, graças às altíssimas velocidades na troca de dados [até cem vezes mais rápido que o 4G] com baixíssimo tempo de resposta entre as duas pontas [menos de um milissegundo]. "Estamos falando de uma nova revolução industrial."

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

E agora? - JOAQUIM LEVY

JOAQUIM LEVY

Há várias maneiras do Brasil baixar suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) na esteira da recente Cúpula do Clima e antes mesmo da Reunião das Partes em Glasgow, no final do ano. A maneira mais direta e assertiva é diminuindo o desmatamento e as queimadas na Amazônia já na temporada seca que se inicia.

Se chegarmos ao fim de 2021 com o desmatamento em 12 meses na faixa de 7 mil km², como foi a média da década passada, já se dará uma sinalização interessante. Se limitarmos a destruição aos 4,5 mil km² verificados no começo dos 2010, será o tipo de sinal que ajudará a reativar o fluxo de investimento estrangeiro para o Brasil, em uma hora em que precisaremos de máximo apoio para engrenar a retomada econômica após a covid. Essa retomada não vai parecer tão fácil quanto aquela de 2020, que foi estimulada por mais de R\$ 0,5 trilhão de gastos públicos e uma política monetária muito expansionista. Essas condições não se repetirão e a retomada dependerá de haver mais investimento no país.

Olhando para o desmatamento no médio prazo, a presidente da Comissão das Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado posicionou-se a favor de formalizar o compromisso de acabar com o desmatamento ilegal na Amazônia até 2025. Para aumentar as chances de sucesso de uma ação como essa é essencial, além de fortalecer os órgãos ambientais, designar como áreas protegidas as áreas de propriedade pública federal ou estadual com florestas e ainda sem destinação explícita, de forma a diminuir a chance de serem invadidas. Essa designação cria um direito a favor da defesa do patrimônio público, orientando os recursos privados para melhorar a produtividade das áreas abertas até o começo da década passada, ao invés de ampliar o desmatamento.

Essa moratória na apropriação de áreas públicas com florestas é compatível com o princípio de "minimizar o arrependimento" que muitos economistas defendem ser aplicável aos casos em que o uso equivocado de um recurso cria perdas difíceis de serem revertidas. Esse é o caso do desmatamento, que tem resultado em tantas áreas com baixa produtividade ou abandonadas, que fragilizam a floresta e a economia, e cuja recuperação é cara e sempre incompleta, mesmo quando há regeneração ou reflorestamento.

Outra maneira de avançarmos na economia de baixo carbono é instituir um mercado que precifique as emissões de GEE e oriente as escolhas de investimento nos próximos anos. O Banco Mundial preparou para o Ministério da Economia uma análise de como isso poderia ser desenhado e implementado, baseado em estudos conduzidos por mais de 80 especialistas¹. A conclusão no relatório de resultados preparado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro é de que, se as emissões e a captura de carbono pela indústria, serviços incluindo transportes, agropecuária e atividades florestais forem medidas e tarifadas, é possível chegar a um preço para a tonelada de carbono que atenda a uma meta de redução de GEE bastante agressiva e com custos de implementação relativamente baixos.

Como toda solução de mercado, o equilíbrio alcançado pela precificação das emissões de carbono tem chance de exigir menos investimentos, criar mais empregos, e estimular mais a atividade econômica do que a imposição de programas setoriais restritivos.

Parte importante da indústria brasileira está disposta a construir um mercado de carbono com o governo. Além de abrir portas para o Brasil entre membros da OCDE, começar esse mercado nos permitirá ainda entender o real potencial do setor florestal gerar créditos de carbono - algo para o qual temos que nos preparar rapidamente no caminho de Glasgow.

O estudo entregue ao Ministério da Economia mostra que um mercado de carbono incentiva ações relacionadas à conservação e à recuperação das florestas nativas e, por vezes, às florestas comerciais. É a compensação oferecida por essas ações para setores em que a diminuição de emissões é mais difícil ou cara que permite reduzir as emissões do país com um preço de carbono baixo, atendendo objetivos climáticos e estimulando o **PIB** e o emprego.

Aproveitaras soluções baseadas na natureza exige também trabalho árduo para desenvolver novas tecnologias. Exemplo disso é o futuro dos biocombustíveis. O etanol como combustível pode morrer com os motores a combustão interna por volta de 2030, ou ter nova vida alimentando as células combustíveis dos motores elétricos nos veículos que serão dominantes a partir dos anos 2040.

Há muitos desafios até se conseguir extrair íons das moléculas de etanol e gerar uma corrente sustentada e forte em veículos. Mas o etanol é mais fácil de

transportar do que o hidrogênio ou a amônia, e poderá ser uma opção segura e barata para os motores elétricos. O estímulo às pesquisas sobre o uso do álcool em células combustíveis é assim uma chave para revitalizar nossa indústria e criar oportunidades duradouras para o agronegócio, sem sacrificar a produção de alimentos de qualidade para o Brasil e o mundo.

O Brasil tem o capital humano e os recursos naturais para ser vitorioso na corrida da descarbonização da economia global. Sucesso nesse tipo de ambição em geral exige estabelecer metas e prioridades, reforçar instituições e encontrar aliados. Essa é a motivação, por exemplo, da Coalizão dos Ministros da Fazenda pelo Clima, que reúne mais de 60 países e à qual os EUA se juntaram recentemente, mas que ainda não conta com o Brasil.

Os objetivos da Coalizão de Ministros são desenvolver a infraestrutura institucional para incorporar clima e ambiente ao processo orçamentário, com definição de metas e métricas adequadas, apoiar a introdução e expansão de mercados de carbono, e, quando cabível, orientar os reguladores financeiros para adaptar o sistema financeiro e os mercados de capital à dinâmica do clima.

Essas são as oportunidades que o Brasil tem que agarrar para voltar a crescer e oferecer uma vida melhor para nossa população.

1 <https://www.gov.br/produtivi-dade-e-comercio-exterior/pt-br/as-suntos/competitividade-industrial/pmr/partnership-for-market-readiness-pmr>

Joaquim Levy foi ministro da Fazenda e diretor gerente do Banco Mundial. É diretor de Estratégia Econômica e Relações com Mercado do Banco Safra

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Mercado retoma alívio no câmbio, e dólar cai a R\$ 5,35

Marcelo Osakabe, Lucas Hirata, Olívia Bulla, Victor Rezende e Felipe Saturnino De São Paulo

A recuperação recente dos ativos brasileiros ganhou novos aliados no pregão de ontem. O mantra do presidente do Federal Reserve (Fed), Jerome Powell, de que "ainda não é hora" de discutir uma retirada dos estímulos intensificou a queda do dólar, e a cotação voltou a R\$ 5,35, nas mínimas desde janeiro. Já o Ibovespa retomou a marca de 121 mil pontos em um movimento liderado pelo setor bancário, após surpresas positivas no balanço do Santander Brasil.

O dólar comercial fechou em baixa de 1,85%, a R\$ 5,3591, a maior queda diárias desde os 2,32% observados em 31 de março. Este também é o menor patamar de fechamento desde 26 de janeiro, quando a moeda americana encerrou cotada a R\$ 5,3258.

O Ibovespa terminou em alta de 1,39%, aos 121.053 pontos, de pois de tocar 121.276 pontos na máxima do dia, com giro financeiro de R\$ 22,815 bilhões. Além de bancos, o movimento contou ainda com ganhos de pesos pesados como Petrobras e Vale.

Embora a decisão do Fed tenha seguido o script, os mercados reagiram de maneira clara aos comentários de Powell relativos a qualquer possível retirada de estímulos, ou "taper" no jargão do mercado em inglês. A moeda americana ampliou perdas contra todas as demais divisas globais.

Para o sócio-estrategista da 051 Capital, Rossano Oltramari, a postura ultra-acomodatória nos Estados Unidos mantém um cenário de "céu de brigadeiro" para os ativos de risco. Tal perspectiva é amparada principalmente pela retomada econômica norte-americana, "com os EUA crescendo em ritmo chinês" neste ano, afirma. "A **inflação** [nos EUA] já está acontecendo, mas ainda está sob controle e não acendeu nem o sinal amarelo", acrescenta o gestor.

Por outro lado, os riscos de uma alta global do dólar estão no radar. Analistas do Wells Fargo notaram que o Fed foi ligeiramente mais otimista em relação à economia dos EUA do que em aparições recentes e não se mostrou preocupado com a alta dos juros futuros no país. E essa composição deve abrir caminho para uma nova recuperação do dólar adiante.

"Em nossa opinião, a combinação de um Fed tolerante, forte emissão de dívida por parte do Tesouro e perspectiva robusta para a economia é bastante potente", afirmam, em relatório, analistas do banco americano. "A fraqueza do dólar não deve durar. Apesar do tombo de hoje [quarta-feira], um novo movimento de alta dos yields deve ajudar na recuperação da moeda americana nas próximas semanas." No Brasil, a reação ao Fed apenas reforçou a tendência recente de recuperação da moeda americana. Como nota José Faria Junior, diretor da WIA Investimentos, a combinação de exterior positivo, aprovação do Orçamento e melhora da pandemia no Brasil tem ajudado a moeda local.

Dados do fluxo cambial ajudam a sustentar a visão de que o ambiente para investimento ficou mais positivo recentemente. Na semana passada, entre os dias 19 e 23, o fluxo financeiro registrou ingresso líquido de US\$ 831 milhões. Com isso, a conta de capital no acumulado de abril passou a ficar positiva, em US\$ 171 milhões.

Em março, em meio a preocupações fiscais e políticas, ao avanço da pandemia e às intervenções do presidente Jair Bolsonaro na Petrobras, o fluxo financeiro registrou saída de US\$ 3,674 bilhões, o primeiro mês negativo de 2021.

A volta do capital estrangeiro também tem beneficiado a bolsa. Operadores comentam que, ontem, os não residentes marcaram presença na compra de ações de bancos, após boa surpresa com os números do Santander. "Desde a abertura, os estrangeiros não param de comprar [ações de] bancos", afirma um profissional.

Os resultados trimestrais do banco surpreenderam de maneira positiva, o que ajudou a impulsionar as ações de todo o setor. As units do Santander subiram 8,06%, em um movimento seguido pelo ganho de 4,97% nas ações preferenciais do Bradesco e de 4,32% nos papéis do Itaú Unibanco.

Os bancos vem enfrentando trimestre a trimestre um ceticismo em relação à capacidade que têm de combater crise e enfrentar mudanças estruturais no setor, com a chegada de novas tecnologias. "A alta de bancos pode ser um movimento de curto prazo, ainda não vejo uma mudança substancial. Precisamos ver os

próximos resultados", diz gestor-chefe da Garín Investimentos, Ivan Kraiser.

Entre os destaques, Cemig PN e Eletrobras ON ganharam 5,85% e 4,37%, respectivamente, em meio a discussões sobre privatização.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#edition/186832

"Dólar a R\$ 5,80 pode ter sido o pico do ano"

Marcelo Osakabee Felipe Saturnino De São Paulo

Encerrado o impasse do Orçamento, os fatores atualmente em jogo para a determinação do câmbio brasileiro, como juros, conta corrente e o cenário global, atuam todos na direção de uma recuperação do real, o que significa que a moeda pode já ter atingido seu pico em 2021, em março, quando chegou a R\$ 5,80. A avaliação é do estrategista-chefe da WHG, Tony Volpon. "Tudo trabalha na mesma direção", diz o ex-diretor do Banco Central, observando ainda que este cenário positivo independe mesmo do avanço de reformas este ano.

Por outro lado, embora vários modelos acusem um câmbio de equilíbrio abaixo de R\$ 5,00, Volpon entende que o crescimento do **PIB** brasileiro abaixo da média mundial, o risco eleitoral e a chance de um repique da **inflação** global devem impedir que a moeda volte a ser negociada com base nos fundamentos ainda este ano. "O mercado começa a precificar risco político e o tempo para o dólar operar abaixo de R\$ 5,00 está chegando a uma data limite." A uma semana da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), o economista defende ainda que o Banco Central deveria retirar a menção ao ajuste parcial da Selic e se comprometer apenas com levar a **inflação** de 2022 ao centro da meta perseguida, sob o risco de desancorar as expectativas. Confira, a seguir, os principais trechos da entrevista: Valor: O real voltou a se valorizar recentemente. O pior já passou para a moeda?

Tony Volpon: Sempre fui da opinião de que o que estava realmente deixando a taxa de câmbio bastante desancorada eram os juros. O que notávamos é que vários fundamentos estavam melhorando, mas o real continuava na "turma do fundão", com moedas de Argentina e Turquia, que enfrentam crises financeiras de verdade. E, olhando o histórico do real flutuante, o juro é o parâmetro que estava fora do lugar. Depois disso, tem questões secundárias, como a fiscal. Teve uma série de ruídos como as questões do auxílio, PEC Emergencial e Orçamento, mas o teto foi mantido. O fato é que foi dada uma solução bem brasileira: a gente não resolveu tudo, mas não destruiu o sistema. Então, se reduziu o nível de incerteza. Outra coisa é o exterior, que, em termos de commodities, melhorou ainda mais. Então, olhando para um conjunto de coisas, tudo trabalha na mesma direção, razão pela

qual espero queda adicional do dólar.

Valor: Até onde pode ir essa recuperação da moeda brasileira?

Volpon: Todos os modelos baseados no histórico do real apontam para um câmbio de equilíbrio abaixo de R\$ 5.0 que eles perdem é uma saída de investidores brasileiros em direção ao exterior e também o fato de que a nossa economia deve crescer bem abaixo da dos outros países. Além disso, na medida em que nos aproximamos da eleição, o mercado começa a precificar risco político e o tempo para o dólar operar abaixo de R\$ 5 está chegando a uma data-limite. Outro questão é a **inflação** global: acho que o mercado está subestimando esse risco. Me coloco no espectro mais "hawkish" [menos tolerante com a **inflação**], Uma **inflação** forte ao mesmo tempo em que os estímulos fiscais e monetários começam a perder efeito no mundo tende a gerar aperto nas condições monetárias e pressionar o real. Ainda assim, os R\$ 5,80 que vimos em março não vejo acontecendo de novo. Se tudo caminhar normalmente, talvez só em 2022.

Valor: Estamos a uma semana do Copom. O que espera em relação ao próximo encontro e em que nível vê os juros no fim do ano?

Volpon: Projeto uma Selic fechando o ano entre 5,5% e 6%.

Acho que não há razão para duvidar da alta de 0,75 ponto na semana que vem, os últimos sinais têm sido muito positivos, como o IPCA e a valorização cambial, que ajuda muito. Mas não gostei do BC ter se comprometido em manter o juro expansionista ao fim do ciclo.

Valor: Porquê?

Volpon: Existe muita diferença entre o BC fazer uma previsão sobre a Selic ao fim do ciclo, e ele prometer que é isso que vai fazer. Adquire um pouco a qualidade de "forward guidance". O que defendo é que o BC assuma um compromisso explícito de que vai colocar a **inflação** de 2022 na meta e acabou. Isso ajudaria a conter as expectativas de **inflação**, que estão ficando ligeiramente acima da meta. Então, acho que o BC certamente deveria tirar o "parcial" do

comunicado, algo que é facilitado pelo próprio fato de que projeções da Focus para **inflação** de 2022 também estão subindo. Meu temor é o BC, olhando essa melhora da **inflação** no curto prazo, resolver não consertar a comunicação. O risco é ocorrer um choque exógeno qualquer e, por você não ter consertado o erro, criar um fator que intensifica essa fragilidade que são as expectativas acima da meta.

Valor: Qual é o seu cenário para atividade e vacinação no Brasil?

Volpon: Ainda acho que haverá sobra de vacina globalmente e, no futuro, vai ser mais fácil aumentar a oferta de vacina no Brasil comprando diretamente. No lado econômico, acho que o resultado tem sido surpreendentemente positivo - e o BC acertou nessa. Muita gente tinha projeção de recuo do **PIB** no primeiro trimestre e não tem mais. Temos um setor de serviços ainda muito baqueado, mas é possível que a economia tenha aprendido a fazer mais com menos, o que gera um ganho de produtividade. Agora, tem essa questão da recomposição do setor de serviços ao mesmo tempo em que os demais setores desaceleram. A boa notícia é que vamos surfar também essa onda global de reabertura, mas a má é que, a médio prazo, junto com o risco eleitoral entrando no radar, vamos voltar a conviver com problemas econômicos estruturais. Não sei até que ponto este ganho de produtividade que está sendo evidenciado hoje é conjuntural, resultado da composição assimétrica de demanda de bens e serviços, e o quanto disso vai desaparecer depois da normalização, ou se é algo mais duradouro. Esse é um debate que também ocorre nos EUA. De novo, é difícil fazer qualquer afirmativa sobre o que vai acontecer, porque a última pandemia que tivemos foi em 1918, não tem padrão de comparação.

Valor: O mercado tem se animado com a perspectiva das reformas administrativa e tributária saírem neste ano. Qual sua avaliação?

Volpon: Vou ser bem sincero: não acho que vai sair cachorro desse mato. Não vejo elementos políticos para sair uma grande reforma, tributária ou administrativa. A gente sabe que a administrativa tem muitos lobbies contra, vemos até CCJ já fazendo um debate sobre quais carreiras seriam protegidas - e essa comissão não serve a isso. Então a coisa já está nascendo um pouco torta. Espero estar errado, mas temos pouco tempo, não vencemos plenamente a pandemia, já estamos chegando em 2022 e todas as decisões estão sendo tomadas em função da eleição. Pode sair alguma coisinha, não é para desprezar, mas não vejo grandes reformas sendo feitas. Por outro lado, não acho necessariamente que o cenário precise de reformas. Acho que os mercados vão andar muito

em função de questões globais, como vacinação e reabertura. Não acho que isso é um grande empecilho para a gente ter um ano relativamente bom, com nuvens mais escuras se avizinando só no final de 21, como foi em 2017.

Valor: E a debandada no Ministério da Economia? Vê algum risco no fatiamento do ministério?

Volpon: O relacionamento do Congresso com a equipe econômica estava claramente estressado, é bom reciclar, começar do zero. Em todo relacionamento político, quando se tem uma oposição estrutural - com ministérios políticos e Congresso querendo sempre aumentar o dispêndio -, existe desgaste. Então acho um movimento sadio por parte de Guedes. Sobre o desmembramento, eu compartilho de opinião que esse ministério é grande demais para ser gerenciado por uma pessoa só. Algumas coisas podem andar devagar demais simplesmente porque o ministro não consegue ver tudo. Por outro lado, não tem briga de ministros, Fazenda contra Planejamento ou outros casos célebres. Mas não vejo grande risco e, na margem, pode ser que ter mais ministérios ajude na articulação política.

Sempre fui da opinião de que o que estava realmente deixando o câmbio bastante desancorado eram os juros"

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186832

Mudança na correção de contas de luz em atraso

BRASÍLIA

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) definiu que os pagamentos de contas de luz em atraso serão corrigidos pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principal índice para medir a **inflação** no País.

Atualmente, os débitos dos consumidores inadimplentes são ajustados pelo índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), que registrou forte alta durante a pandemia da Covid-19. A medida valerá para faturas emitidas a partir de 1º de junho.

O relator do processo, diretor Sandoval Feitosa, destacou que o IGP-M acumulado nos últimos 12 meses está em mais de 31%, enquanto a **inflação** medida pelo ÍPCA no mesmo período está em cerca de 6%.

"A Aneel não pode deixai* que os consumidores que não conseguem pagai* suas faturas em dia sejam submetidos a uma taxa de atualização tão elevada. Isso se traduziria em dificuldades ainda mais de adimplência e aumentaria ainda mais o impacto negativo da pandemia para os consumidores mais pobres", afirmou.

Segundo o voto do relator, durante a consulta pública da proposta, grande parte dos participantes, incluindo a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, defendeu a manutenção do IGP-M como índice de correção de faturas. A associação disse que o tema precisaria ser mais discutido.

Dívida pública federal avança e atinge R\$ 5,2 trilhões

A dívida pública federal do Brasil cresceu 0,85% em março sobre fevereiro, a R\$ 5,242 trilhões, informou o Tesouro Nacional ontem.

No mês, a dívida pública mobiliária interna teve avanço de 0,74%, a R\$ 4,987 trilhões, enquanto a dívida externa aumentou 3,04%, a R\$ 255,5 bilhões.

Em relatório, o Tesouro informou que sua reserva de liquidez fechou o mês a R\$ 1,119 trilhão, ante R\$ 933,2 bilhões em fevereiro.

"O Tesouro realizou emissões, em março, acima da média dos últimos 12 meses, contribuindo para suprir a necessidade de financiamento do governo federal e para manter o caixa acima do limite prudencial", informou em nota, ressaltando que o mês de março foi negativo, de forma ampla, diante da deterioração na percepção de risco de emergentes.

O Tesouro também pontuou que o atual nível do seu colchão de liquidez é suficiente para fazer frente a mais de sete meses à frente de vencimentos, destacando que os meses de abril e maio deste ano concentram vencimentos estimados em R\$ 435 bilhões.

Em relação à composição, os títulos que variam com a Selic, representados pelas LFTs, recuaram a 33,78% da dívida total em março, ante 34,82% no mês passado, deixando de ter o maior peso na dívida pública federal.

Já os títulos prefixados, que dão mais previsibilidade à gestão da dívida, avançaram a 34,67% da dívida, ante 34,36% em fevereiro, passando a ter maior peso na composição da dívida.

Os papéis indexados à **inflação** avançaram a 26,38% da dívida, ante 25,78% no mês passado.

Em relação aos detentores, a participação dos investidores estrangeiros na dívida mobiliária interna aumentou ligeiramente, a 9,54% em março, ante 9,43% em fevereiro.

Reserva de liquidez - O coordenador-geral de Operações da dívida pública, Luis Felipe Vital, disse ontem que a reserva de liquidez do Tesouro foi reforçada em março por recursos desvinculados de

fundos públicos, no valor de R\$ 140 bilhões, e pela devolução de R\$ 32 bilhões em recursos do BNDES ao Tesouro.

O colchão do Tesouro atingiu R\$ 1,119 trilhão em março, uma alta de R\$ 186 bilhões sobre fevereiro. Uma emissão líquida de R\$ 1,2 bilhão no mês também contribuiu para o colchão.

A desvinculação dos fundos foi viabilizada pela chamada PEC Emergencial, que autorizou o uso do estoque do chamado superávit financeiro dos fundos públicos do Executivo para o pagamento de dívida.

Vital lembrou que, em 1º de abril, houve vencimentos na ordem de R\$ 330 bilhões em dívida, valores pagos com o colchão. "Esse é um indicador bastante volátil. De um dia para o outro, do dia 31 de março para 1º de abril, esse indicador variou cerca de R\$ 330 bilhões, pois ele encontra uma torre grande de vencimentos".

Ainda de acordo com Vital, as emissões de DPF no mês passado, que totalizaram R\$ 164,8 bilhões, constituíram o maior volume para o mês de toda a série histórica, enquanto os resgates corresponderam a R\$ 163,5 bilhões.

Também segundo ele, em termos de custo médio do estoque da DPF, houve queda no acumulado de 12 meses, a 7,64%, menor valor da série histórica.

"O Tesouro realizou emissões, em março, acima da média dos últimos 12 meses, contribuindo para suprir a necessidade de financiamento do governo federal (...)"

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-29-04-2021/>

Redução do Custo Brasil pode chegar em R\$ 1 trilhão

O presidente da Federação das Indústrias do Ceará (Fiec), Ricardo Cavalcante, e o secretário do Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Jorge Luiz de Lima, apresentaram, na quarta-feira (28), os resultados de trabalho conjunto entre a Fiec e o Ministério da Economia, acerca da redução do Custo Brasil, e a criação de um centro de inteligência.

Segundo o secretário, os maiores desafios para que os 22 projetos desenvolvidos com o objetivo de reduzir o Custo Brasil, que gira em torno de R\$ 1,5 trilhão - equivalente a, aproximadamente, 22% do Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil - são a reaproximação com o setor produtivo e a desvinculação do setor econômico do político. "É um projeto com base nos empresários, pois são eles os contratantes. Portanto, não podemos pensar que entendemos mais do que eles. Além disso, é preciso foco total na economia. Não podemos atrelar totalmente este setor à política. A economia independe da política. Devemos, também, pensar o Brasil, não com 27 estados, mas com 27 países diferentes, devido às diversidades sócio-culturais e econômicas", avaliou.

Ainda de acordo com Lima, faz-se necessário fomentar a competitividade em detrimento à informalidade. "Hoje, sabemos que há 38 milhões de informais via auxílio emergencial no País. Um susto para mim. Imaginava que girasse em torno de 18 a 20 milhões. Esse número significa que essas pessoas na informalidade não têm acesso a nada, que é uma das maiores injustiças sociais que a gente pode fazer. Sabemos, também, que a maior parte da informalidade está aqui, no Nordeste", lamentou.

Durante a apresentação dos 22 projetos, Lima reiterou que o objetivo é reduzir o Custo Brasil para R\$ 1 trilhão até 2022. Para tal, ele considera imprescindível que haja uma "revolução comportamental", em que se invista mais no "capital humano", e, assim, possa se gerar novos empregos. "Precisamos começar a mudar para colher depois de dez anos, pois, em muitos dos projetos, os efeitos só irão ser percebidos daqui há dez anos", ponderou.

Dentre os projetos que compõem a "mandala" de propostas para a redução do Custo Brasil, o secretário

citou como exemplo de projeto a curto prazo o trabalho de revisão de Normas Regulamentadoras (NR), desenvolvido pelo secretário do Trabalho, Bruno Bianco. Segundo ele, este é um projeto em uma área que tem impacto "no dia seguinte", logo, seus efeitos serão vistos em curto prazo. Diferentemente da Lei de Saneamento Básico, "um projeto pensado para o futuro".

Dos 22 projetos, entre eles, o Programa BR do Mar, Jorge Luiz de Lima afirma que quatro já foram votados e mais quatro estão saindo. "Imagino que, dos 22, a gente deve chegar a 18 até dezembro", projetou. Estima-se que o Custo Brasil sofra uma redução de R\$ 800 bilhões até o final do ano.

Sampaio Filho, presidente do Observatório da Indústria, ressaltou a importância do Centro de Inteligência, criado para a coleta e análise de dados inerentes ao setor econômico, na elaboração e execução de projetos que visam a redução do Custo Brasil. "Com ele, vamos trabalhar toda a inteligência do Custo Brasil. Estamos automatizando todas as informações, que teremos em tempo real e que darão uma dinâmica maior à tomada de decisões do Governo. Coletamos dados sócio-econômicos, educacionais e Índice de Desenvolvimento Humano, por exemplo", explica.

Site: https://issuu.com/oestadoce/docs/29-04_3a5f292e71b399